

Economia - Brasil

Crescimento tira Palocci da linha de fogo

Retomada permite que o debate se volte para a agenda microeconômica

SHEILA D'AMORIM
e LU AIKO OTTA

BRASÍLIA - Depois de cinco meses defendendo a política econômica de um intenso tiroteio, a equipe do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, acha que agora, finalmente, sairão da linha de fogo a taxa de juros e o ajuste fiscal e ganharão espaço outras medidas para transformar em realidade a promessa do "espetáculo de crescimento" de forma sustentada.

"A política macroeconômica já nos garante um ano e meio de crescimento", afirma um importante integrante do governo, que estima um Produto Interno Bruto (PIB) maior 3,5% a 4% em 2004 e 2005. Com isso, o debate retorna ao estágio em que se encontrava no final do ano passado, antes de a economia ser sacudida por uma onda de pessimismo.

"Precisamos aproveitar este período de tranqüilidade para aprovar medidas que aumentarão a eficiência da economia e alimentarão o crescimento de longo prazo, permitindo taxas até maiores", diz. São, porém, medidas complexas, de difícil comunicação e cujos resultados na economia não são tão visíveis quanto aqueles provocados pela taxa de juros. Elas compõem a chamada agenda microeconômica do governo.

Um integrante da equipe de Palocci faz a seguinte com-



Palocci: medidas são complexas e têm resultados menos visíveis que os provocados pelos juros

paração: é como se um grupo de executivos passasse o dia fechado num escritório discutindo grandes estratégias para a sua empresa e, na saída, encontrasse o elevador quebrado e a luz dos corredores queimada. "É o que nós fazemos quando concentramos a discussão na taxa Selic e esquecemos de todo o resto: a falta de infra-estrutura, o crédito caro, o excesso de burocracia." É nesses assuntos que o esforço do governo se concentrará

a partir de agora.

Em grande parte, a agenda microeconômica depende do Congresso e, por isso, corre sério risco de não avançar este ano. Já na próxima semana, o Legislativo será esvaziado pelas festas juninas. Depois, vêm o recesso do meio do ano e o período pré-eleitoral, quando grande parte dos políticos participa das campanhas para as eleições municipais em suas regiões.

No governo, avalia-se que

há chances de aprovar pelo menos a nova Lei de Falências este ano. Esse é um dos principais itens da agenda microeconômica. Dela também fazem parte medidas como a regulamentação das Parcerias Público-Privadas (PPPs), o pacote de estímulo à construção civil, a regulamentação do modelo do setor elétrico, a Lei de Inovação e a reforma do Judiciário.

O objetivo central dessa agenda é melhorar o ambiente para negócios no País, seja pela oferta de crédito mais barato, seja pelas condições de infra-estrutura ou pela redução da burocracia.

Depois do resultado do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre deste ano, que cresceu 1,6%, o ministro Palocci está convencido de que o Brasil segue uma trilha de recuperação econômica.

Ela começou no fim do ano passado, quando o Banco Central reduziu a taxa de juros e foram criados estímulos para a compra financiada de bens duráveis. Com isso, a produção industrial aumentou no início deste ano, o que permitiu até a abertura de vagas no mercado de trabalho. É nesse ponto que a economia brasileira se encontra.

"A fase seguinte é a recuperação da massa salarial, e aí aumentará a venda de bens não duráveis", diz um técnico do governo. Com isso, a recuperação terá atingido todos os setores.

O que falta para a equipe econômica sacudir de vez o pessimismo é uma redução na taxa de desemprego, que atingiu nível recorde em abril: 13,1%, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O governo tem dificuldades para convencer a população de que o desemprego subiu, em parte, por causa do aumento do número de pessoas procurando trabalho.

O total de pessoas desocupadas (estavam desempregadas e procurando emprego) avançou 8,5% em abril, na comparação com o mesmo período de 2003. A variação

ficou acima do aumento do pessoal ocupado, de 2,5%.

Ironicamente, é o que acontece quando há retomada na economia: quem havia desistido de encontrar um emprego volta a buscá-lo. Isso puxa para cima a taxa de desemprego, a despeito de terem surgido novas vagas nas empresas. Esse movimento, porém, tende a se esgotar.

"Esse quadro vai mudar a partir do meio do ano", assegurou a fonte da área econômica. "O número de novas vagas criadas vai superar a quantidade de pessoas à procura de emprego."

Com esse cenário favorável à frente, perdem fôlego as

propostas de mudança nas linhas básicas da política econômica. É o caso da elevação da meta de inflação de 2005 dos atuais 4,5% para 5,5%. A idéia, que havia sido colocada

TAXA DE
DESEMPREGO
FOI RECORDE
EM ABRIL

na geladeira pelo ministro Palocci, ressurgiu com força nos bastidores do governo quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a fixação de metas para o crescimento.

No entanto, +segundo integrantes da equipe econômica, a mudança se mostra desnecessária à medida que foi possível reverter as expectativas mais pessimistas e o mercado passou a projetar uma inflação de 5% para o ano que vem. "Se o mercado projeta 5%, para que vamos puxar o número para cima?", questiona um assessor de Palocci.

AGENDA
PODE
DEMORAR NO
CONGRESSO